



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

Aos 31 dias do mês de maio de 2022, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Ambiente e Energia, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1 - Aprovação das Atas nº 3 e 4

2 - Apreciação e votação do Projeto de **Regulamento da Comissão**

3 - Admissibilidade de petições

n.º 319/XIV/3.ª – Pelo fim da obrigatoriedade de instalação de rede de gás em habitação própria, iniciativa de Maria Manuela Salgado Alves de Araújo (150 Assinaturas). **Relator cabe ao GP PSD**

n.º 323/XIV/3.ª – Regras justas para a radiologia veterinária, iniciativa de Rafael Pratas Lourenço (2677 Assinaturas). **Relator cabe ao GP PS**

n.º 12/XV/1.ª – Criação do Dia Nacional dos Jardins / 25 de maio, iniciativa de Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café (1121 Assinaturas). **Relator cabe ao GP PSD**

4 - Iniciativas legislativas:

Distribuição

Projeto de Lei nº 84/XV/1 (BE) – Repõe a obrigatoriedade de avaliação de impacto ambiental à instalação de centros electroprodutores a partir de fontes renováveis e alarga as medidas de envolvimento e proteção das comunidades locais (alteração ao Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril)

Relator cabe ao GP do PS

5 - Projetos de Resolução

Definição de metodologia de apreciação

Projeto de Resolução 42/XV/1 (PAN) - Criação de um grupo de trabalho sobre arrojamentos na costa portuguesa.



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

Projeto de Resolução 43/XV/1 (PSD) - Pôr em prática uma política de prevenção do ruído ambiente. (o GP PSD solicita o arrastamento para a discussão conjunta com PJR 12/XV).

Projeto de Resolução 44/XV/1 (BE) - Recomenda ao Governo a publicação da legislação ProSolos, o mapeamento urgente dos solos contaminados e que os fundos do PRR não sejam utilizados para a desresponsabilização e compensação dos poluidores.

Projeto de Resolução 61/XV/1 (BE) - Recomenda a remoção de infraestruturas hidráulicas obsoletas.

Apreciação e discussão

Projeto de Resolução 5/XV/1 (L) - Recomenda ao Governo a criação do Programa 3C - Casa, conforto e clima - para combater a pobreza energética e o desconforto térmico no país, de forma sustentável e comportável, contribuindo para a luta contra as alterações climáticas.

Projeto de Resolução 12/XV/1 (PAN) - Recomenda ao Governo o cabal cumprimento da Diretiva 2002/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de junho de 2002 relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente.

Projeto de Resolução 32/XV/1 (PSD) - Programa “Bairros Mais Sustentáveis” visando intervenções que promovam uma maior eficiência no uso da energia.

Especialidade

Projeto de Resolução 7/XV/1 - Adaptação do Plano Nacional da Água às alterações climáticas, como medida de combate à seca.

6 – Distribuição, para elaboração de pareceres:

- **Plano de Desenvolvimento e Investimento da RNTIAT – PDIRG 2021** (período 2022-2031), nos termos do n.º 9 do artigo 87º do Decreto-lei 62/2020, de 28 de agosto – **relator cabe ao GP PS**

- **Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte – PDIRT-E 2021** (período 2022-2031), nos termos do n.º 13 do artigo 125º do Decreto-lei 15/2022, de 14 de janeiro – **relator cabe ao GP PSD**

7 – Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP do PSD para audições com Presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (**ERSE**), Presidente do **OMIP SGMR** (mercado a prazo) e do **OMIE** (mercado spot), Presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (**APREN**)



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 5/XVI/ 1.ª SL

e Ministro do Ambiente e Ação Climática (**MAAC**), sobre as Medidas para mitigar o preço da eletricidade no mercado ibérico

8 – Outros Assuntos

1 - Aprovação das Atas nº 3 e 4

As atas foram aprovadas por unanimidade.

2 - Apreciação e votação do Projeto de Regulamento da Comissão

O Senhor Presidente enquadrou o tema, lembrando que, tendo sido enviada documentação aos Senhores Deputados (projeto de Regulamento e grelhas de tempos), não foi recebido nenhum contributo ou comentário, conforme tinha sido solicitado. Pediu assim aos Senhores Deputados que agora se manifestassem sobre esta matéria.

Sobre a grelha das audições, a Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) apontou um pequeno lapso na grelha das audições: na linha dos requerentes só há referência aos (grupos parlamentares) GP, não estando identificados os (Deputados únicos representantes de partido) DURP. Esta questão foi registada e ficou corrigida.

Seguidamente, o Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) apresentou dois comentários ao projeto de Regulamento, nas alíneas f) e h) do artigo sobre as competências (artigo 2.º). Pediu para que se clarificassem as competências relativas à mobilidade urbana sustentável, no sentido de se definir se incluem ou não os transportes urbanos, nomeadamente o metro. Na alínea h) propôs que se aditasse o litoral.

Sobre as grelhas de tempos fez as seguintes observações: a) na grelha das apreciação dos projetos de resolução (PJR), que aparece agora pela primeira vez, questionou sobre a possibilidade de o tempo de intervenção dos GP ser repartido; b) sugeriu que se equacionasse um ajustamento da grelha regimental, de modo a refletir melhor a proporcionalidade da representação parlamentar dos GP, ou seja, atribuindo mais tempo aos maiores partidos.



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente concordou proposta de se adicionar a referida competência, sem prejuízo do que vier ainda a ser decidido, na reunião de CPCP, do dia seguinte. Referiu, adicionalmente, que deve haver maleabilidade no tratamento dos assuntos, porque há muitas matérias que não são estanques, havendo vasos comunicantes entre as várias Comissões. Quanto à grelha das audições regimentais, sublinhou que, tendo a Conferência de Líderes solicitado a uniformização destas grelhas nas Comissões, em havendo consenso, podem as mesmas ser ajustadas. Entendendo que a questão da proporcionalidade é corrigida na 2.ª ronda, deixou, contudo, à consideração dos Deputados essa possibilidade de ajustamento. Também deu acordo à sugestão de repartição do tempo de intervenção na grelha relativa à discussão dos PJR.

Entretanto, a Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) lembrou que nessas discussões, habitualmente a palavra final cabe ao proponente, posto o que Senhor Presidente, dando acolhimento à proposta, propôs que essa intervenção final tivesse a duração de 2 minutos.

Ainda a propósito do mesmo tema, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), realçou a distinção entre o proponente da iniciativa e o autor do agendamento para debate, que a seu ver, tem primazia na ordem das intervenções iniciais, sempre que haja vários proponentes. Assim sendo, na sua opinião, o autor do agendamento deverá ser o primeiro a intervir e, só depois, os restantes proponentes. Nas intervenções finais, deve ser aplicada a ordem inversa.

De seguida, o Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) apresentou a proposta de alterar os tempos da 1.ª ronda da grelha regimental, atribuindo 11 minutos, a qual foi contestada pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que aproveitou ainda para enquadrar o histórico deste debate político e tecer algumas considerações em torno do tema da proporcionalidade das grelhas de tempo nas Comissões. Na sua perspetiva, a responsabilidade das Comissões no aprofundamento das matérias concretas que têm sob sua tutela, tem sido condicionada pelo “esmagamento de tempos” verificado nestas grelhas. Aproveitou ainda para recordar a posição do PCP sobre a grelha regimental, realçando que a ronda dos 2 minutos (da grelha regimental) traduz as diferenças da dimensão dos partidos. Relativamente à grelha de discussão dos PJR, observou que poderá haver temas que justifiquem uma discussão com mais tempo, apelando, por isso,



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

à maleabilidade na aplicação da mesma. Concluiu, propondo uma segunda ronda para a grelha das audições, de 2 ou 3 minutos.

Acolhida a anterior proposta, o Senhor Presidente sugeriu que, nesta segunda ronda, fosse atribuído o tempo de 2 minutos para os GP e 1 minuto para o DURP. Sobre a grelha para discussão dos PJR, manifestou a sua opinião de que deve admitir maleabilidade e flexibilidade na sua aplicação.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) discordou, em absoluto, da proposta do PSD de aumentar o tempo da grelha regimental para os maiores partidos. Criticou esta posição do PSD e PS relativamente aos tempos, que, segundo afirmou, já se verificava nas grelhas do Plenário e que agora se estende à das Comissões. Sustentou que esta segmentação da participação partidária nas Comissões vem condicionar e coatar a sua liberdade de debate, concluindo que esta “matemática das grelhas mata a política”.

Aquela leitura foi contestada pelo Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD), defendendo que não propôs nada de absurdo, frisando que apenas quis salvaguardar o cumprimento do princípio da proporcionalidade. Sobre a ressalva dos interesses dos partidos mais pequenos, voltou a aduzir o argumento da ronda dos 2 minutos, salientando que a resposta, nessa ronda, é dada de forma agregada. Prosseguiu, dando acordo a ambas as propostas do Deputado Bruno Dias, admitindo até que, em casos excecionais, havendo consenso, possa não ser aplicada grelha.

O Senhor Deputado Ricardo Pinheiro (PS) manifestou a sua concordância com a manutenção da grelha regimental, tal como foi inicialmente proposta pela Comissão.

O Senhor Deputado Rui Tavares (L) expressou a sua opinião de que na 2.ª ronda das audições, o DURP deveria ter direito a 2 minutos (e não 1 minuto) e que, na grelha das audiências, deveriam ter direito a 3 minutos, em vez de 2.

Prosseguiu o Senhor Presidente sintetizando o que, depois desta discussão, ficou consensualizado alterar na proposta de grelhas: a) na grelha relativa à discussão dos PJR, haverá uma ronda adicional de 2 minutos (para GP e DURP) para as intervenções finais dos proponentes, havendo flexibilidade para aplicar grelha diferente da proposta sempre que as circunstâncias o justificarem, desde que, para isso, haja consenso político. Havendo vários proponentes, as intervenções iniciais serão por ordem do autor do pedido de agendamento, aplicando-se, no final, a ordem inversa; b) as intervenções



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.^a SL

dos GP podem ser repartidas por vários Deputados; c) nas grelhas das audições, acresce uma 2.^a ronda de 2 minutos (GP e DURP); d) na grelha das audiências, os DURP têm direito a 3 minutos.

Os Deputados Bruno Dias (PCP) e Hugo Pires (PS) pronunciaram-se ainda sobre o tempo de resposta atribuído às entidades nas audiências, tendo sido fixado o tempo de 8 minutos.

Seguidamente, o Senhor Presidente recordou que tinha ficado pendente a questão do número máximo de pedidos de adiamentos, aludindo ainda ao texto conjunto que o PS e PSD ficaram de remeter.

O Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) esclareceu que não houve entendimento entre o PSD e PS sobre esta matéria. Aproveitou depois para fazer um enquadramento do histórico do tema, explicando que a regra aceite por unanimidade, de agendar a discussão das iniciativas 15 dias depois da sua baixa, não impediu que continuasse a haver muitos pedidos de adiamentos, prejudicando a imagem da Comissão, o que fundamentou a proposta do PSD no sentido de reduzir o número máximo de adiamentos para 2. Explicitou as várias tipologias de matérias que podem ser objeto de pedido de adiamento, concordando com ideia do PCP de, no caso dos requerimentos, só haver a possibilidade de um adiamento (potestativo). Ou seja, um segundo adiamento só poderia ser viabilizado com o consentimento do proponente.

O Senhor Deputado Ricardo Pinheiro (PS) informou que o PS mantém a proposta de adiamento ao Regulamento que já tinham apresentado na anterior reunião, idêntica à apresentada noutras Comissões permanentes. Sublinhou que, no passado, os requerimentos foram sempre votados com grande celeridade, sem bloqueios, e que o PS assume o compromisso de manter essa postura.

Não havendo consenso sobre este ponto, o Senhor Presidente deu como boa a redação – proposta de adiamento - do GP maioritário.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) pediu a palavra para solicitar a realização de reunião de Mesa e Coordenadores com o propósito de discutir matérias relacionadas com a organização dos trabalhos na Comissão, nomeadamente o agendamento dos PJR. O pedido mereceu acolhimento do Senhor Presidente, que anunciou o agendamento para o dia da próxima reunião de Comissão.



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 5/XVI/ 1.ª SL

3 - Admissibilidade de petições

Tendo presente que as notas de admissibilidade, previamente distribuídas aos Senhores Deputados, propõem a admissão de todas as petições, e que para dar seguimento à sua tramitação nesta Comissão é necessário designar relatores, o Senhor Presidente, solicitou aos GP que os indicassem.

Petição n.º 319/XIV/3.ª – Pelo fim da obrigatoriedade de instalação de rede de gás em habitação própria, iniciativa de Maria Manuela Salgado Alves de Araújo.

O GP do PSD indicou, para relator, o Senhor Deputado Jorge Salgueiro Mendes.

Petição n.º 323/XIV/3.ª – Regras justas para a radiologia veterinária, iniciativa de Rafael Pratas Lourenço.

O GP do PS indicou, para relatora, a Senhora Deputada Cláudia Avelar Santos.

Petição n.º 12/XVI/1.ª – Criação do Dia Nacional dos Jardins / 25 de maio, iniciativa de Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café (1121 Assinaturas)

O GP do PSD indicou, para relatora, a Senhora Deputada Cláudia Bento.

4 - Iniciativas legislativas:

Distribuição do Projeto de Lei n.º 84/XVI/1 (BE) – Repõe a obrigatoriedade de avaliação de impacte ambiental à instalação de centros electroprodutores a partir de fontes renováveis e alarga as medidas de envolvimento e proteção das comunidades locais (alteração ao Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril)

Foi designado, para autor deste parecer, o Senhor Deputado Ricardo Pinheiro (PS).

5 - Projetos de Resolução

Definição de metodologia de apreciação

Projeto de Resolução 42/XVI/1 (PAN) - Criação de um grupo de trabalho sobre arrojamentos na costa portuguesa.

A Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) informou que pretende ver discutida a iniciativa de que é autora em Comissão.

Projeto de Resolução 43/XVI/1 (PSD) - Pôr em prática uma política de prevenção do ruído ambiente.



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) informou que pretende ver discutida a iniciativa em Comissão, aproveitando para reiterar o pedido de arrastamento da mesma para discussão conjunta com o Projeto de Resolução 12/XV/1 (PAN), que versa sobre a mesma matéria.

Projeto de Resolução 44/XV/1 (BE) - Recomenda ao Governo a publicação da legislação ProSolos, o mapeamento urgente dos solos contaminados e que os fundos do PRR não sejam utilizados para a desresponsabilização e compensação dos poluidores.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) informou que pretende ver discutida a iniciativa em Comissão.

Projeto de Resolução 61/XV/1 (BE) - Recomenda a remoção de infraestruturas hidráulicas obsoletas.

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) informou que pretende ver discutida a iniciativa em Comissão.

Apreciação e discussão

Projeto de Resolução 5/XV/1 (L) - Recomenda ao Governo a criação do Programa 3C - Casa, conforto e clima - para combater a pobreza energética e o desconforto térmico no país, de forma sustentável e comportável, contribuindo para a luta contra as alterações climáticas.

O Senhor Deputado Rui Tavares (L) informou que a iniciativa foi retirada, uma vez que esta matéria foi aprovada em sede orçamental.

Projeto de Resolução 12/XV/1 (PAN) - Recomenda ao Governo o cabal cumprimento da Diretiva 2002/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de junho de 2002 relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente.

Tendo sido acolhido o pedido de arrastamento do Projeto de Resolução 43/XV/1 (PSD) - passou-se à discussão conjunta as duas iniciativas.

A intervenção inicial coube à Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) que apresentou o projeto pelo qual se propõe que seja recomendado ao Governo o cabal cumprimento da Diretiva 2002/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho de 2002, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente. Fundamenta a sua



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 5/XVI/ 1.ª SL

iniciativa na decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), de dia 31 de março de 2022, condenando Portugal por incumprimento da referida Diretiva.

Seguidamente, o Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) apresentou a iniciativa do seu Grupo Parlamentar (GP), recomendando ao Governo que ponha em prática uma política de prevenção do ruído ambiente, invocando também a supramencionada condenação do TJUE. Para além da situação de incumprimento da legislação europeia, criticou a inexistência, em Portugal, de uma política de prevenção e gestão do ruído ambiente, desvalorizando os seus impactos sobre a saúde pública e a qualidade de vida das populações.

No período de debate sobre a referida temática, interveio primeiramente o Senhor Deputado Francisco Dinis (PS), discordando parcialmente dos projetos de resolução, nomeadamente quando afirmam que o Governo ignora e desvaloriza a política de prevenção e gestão do ruído ambiente. Defende, ao contrário, que o executivo sempre pautou a sua ação por uma agenda ambiental forte. Salientou, a este propósito, a garantia que ficou inscrita no Orçamento do Estado para 2022, referindo, nomeadamente, a implementação da Estratégia Nacional para o Ruído Ambiente. Considera, em suma, que as recomendações que constam destas iniciativas não acrescentam matéria que não esteja já devidamente acautelada.

Prosseguiu a Senhora Deputada Rita Matias (CH) que disse acompanhar as preocupações expressas pelo PSD e PAN, discordando do teor da anterior intervenção.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) defendeu que as preocupações expressas nestas iniciativas entroncam em problemas e carências já são vém de longe, quer do ponto de vista legislativo, quer ainda, e sobretudo, do ponto de vista prático, das ações concretas e da aplicação das regras. Disse que divergência do PCP relativamente a estes projetos centra-se no facto de estes problemas existirem independentemente do facto de estarmos integrados numa UE. Não desmerecendo as iniciativas em apreciação, considerou fundamental valorizar a vertente da verificação e da análise técnica das medidas, defendendo que essa preocupação ficasse mais vincada na sua parte resolutive.

O Senhor Deputado Rui Tavares (L), acompanhando também as preocupações subjacentes a estas iniciativas, aproveitou para comentar a anterior intervenção sobre a



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 5/XV/ 1.ª SL

importância do enquadramento europeu. Afirmou que só sabemos que estamos perante um problema quando temos uma ideia de normalidade, argumentando ainda que essa normalidade tem sido construída no seio da UE através de um processo de melhoria contínua e de comparação de boas práticas entre os Estados-Membros. Concluiu sustentando que a criação de regras a nível europeu tem sido, por isso muito vantajosa.

Os proponentes das duas iniciativas fizeram as intervenções finais contestando as declarações do Senhor Deputado Francisco Dinis (PS), realçando a factualidade da condenação do TJUE a Portugal. O Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) sublinhou ainda que este tema não tem estado na lista de prioridades do executivo e que o objetivo último da recomendação do seu GP é o de instar o Governo a agir melhor. Por seu turno, a Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) também veio dar resposta à questão levantada pelo Deputado Bruno Dias, defendendo e acreditando que a Diretiva nos levará à resolução do problema, salvaguardando a qualidade de vida dos nossos concidadãos. Sublinhou a importância do impulso da lei europeia, em linha também com as exigências constitucionais e da própria Lei de Bases do Ambiente.

Projeto de Resolução 32/XV/1 (PSD) - Programa "Bairros Mais Sustentáveis" visando intervenções que promovam uma maior eficiência no uso da energia.

O Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) solicitou o adiamento deste ponto da OD.

Especialidade

Projeto de Resolução 7/XV/1 - Adaptação do Plano Nacional da Água às alterações climáticas, como medida de combate à seca.

Registaram-se algumas intervenções, dos Deputados Bruno Dias (PCP), Bruno Coimbra (PSD) e Inês de Sousa Real (PAN), sobre a metodologia de apreciação dos projetos de resolução, posto o que foi a iniciativa submetida a votação e aprovada.

A votação foi feita em dois blocos. Nas alíneas b) e d) votou favoravelmente o PAN, tendo-se absterido o PS, PSD, CH e o PCP. Nas restantes alíneas votaram favoravelmente o PAN e o PCP, e abstiveram-se o PS, PSD e CH. Estiveram ausentes a IL, o BE e o L.

6 - Distribuição, para elaboração de pareceres:



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 5/XVI/ 1.ª SL

- **Plano de Desenvolvimento e Investimento da RNTIAT – PDIRG 2021** (período 2022-2031), nos termos do n.º 9 do artigo 87º do Decreto-lei 62/2020, de 28 de agosto.

O GP do PS indicou como relator deste parecer o Senhor Deputado Nelson Brito.

- **Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte – PDIRT-E 2021** (período 2022-2031), nos termos do n.º 13 do artigo 125º do Decreto-lei 15/2022, de 14 de janeiro

O GP do PSD indicou como relator deste parecer o Senhor Deputado Hugo Carvalho.

Seguidamente, o Senhor Deputado Hugo Carvalho pediu a palavra para salientar que este é um plano muito denso e complexo e que, por tal motivo se justifica, à semelhança do que sucedeu na apreciação do anterior plano, a audição dos principais *stakeholders*, cuja lista indicaria oportunamente.

O Senhor Deputado Ricardo Pinheiro (PS) veio dar acordo a este requerimento e a Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) disse que também pretendia indicar entidades para estas audições.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) deixou o alerta no sentido de se evitar chegar a uma lista final com um número excessivo de entidades, no que foi secundado também pelo Senhor Presidente.

Ficou fixado o prazo de 48 horas para os GP e DURP enviarem propostas de entidades a ouvir no âmbito da apreciação, em Comissão, deste plano.

7 - Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP do PSD para audições com Presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), Presidente do OMIP SGMR (mercado a prazo) e do OMIE (mercado spot), Presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) e Ministro do Ambiente e Ação Climática (MAAC), sobre as Medidas para mitigar o preço da eletricidade no mercado ibérico

O requerimento foi aprovado no unanimidade, posto o que o GP proponente expressou o seu entendimento de que as entidades deveriam ser ouvidas pela ordem em que aparecem no requerimento, sem prejuízo de poder haver audição conjunta.

Ficou consensualizado que todas as entidades, com exceção do MAAC, seriam ouvidas conjuntamente, na mesma reunião, e que o Ministro deveria ser ouvido no final.



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 5/XVI/ 1.ª SL

8 - Outros Assuntos

O Senhor Presidente anunciou a entrada de mais um pedido de audiência, do Aldeamento Turístico da Herdade de Montalvo. Tendo o Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) solicitado esclarecimentos sobre o conteúdo desse pedido de audiência, ficaram os serviços da Comissão de distribuir o mencionado documento.

Por fim, o Senhor Presidente deu nota da lista já extensa de petições, com relator atribuído, que continuam pendentes para apreciação na Comissão. Não tendo havido ainda diligências subsequentes, lembrou que seria importante dar bom seguimento à sua tramitação.

A reunião foi encerrada às 19:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 31 de maio de 2022.

O Presidente

(Tiago Brandão Rodrigues)



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 5/XVI/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Monteiro (PS)
Cláudia Avelar Santos (PS)
Eunice Pratas (PS)
Francisco Dinis (PS)
Hugo Pires (PS)
Joaquim Barreto (PS)
Nelson Brito (PS)
Nuno Fazenda (PS)
Raquel Ferreira (PS)
Ricardo Pinheiro (PS)
Tiago Brandão Rodrigues (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Bruno Coimbra (PSD)
Carlos Cação (PSD)
Hugo Martins De Carvalho (PSD)
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Sónia Ramos (PSD)
Rita Matias (CH)
Bernardo Blanco (IL)
Bruno Dias (PCP)
Pedro Filipe Soares (BE)
Inês De Sousa Real (PAN)
Rui Tavares (L)
Francisco Rocha (PS)
Joana Lima (PS)
João Miguel Nicolau (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Paulo Marques (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Alexandre Poço (PSD)
António Prôa (PSD)
António Topa Gomes (PSD)
Cláudia Bento (PSD)
João Marques (PSD)
Patrícia Dantas (PSD)
Paulo Ramalho (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Rui Lage (PS)



Comissão de Ambiente e Energia

ATA NÚMERO 5/XVI/ 1.ª SL

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Patrício Oliveira (PSD)